

O GOVERNO DOS CORPOS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL*

Andrize Ramires Costa¹

andrize.costa@gmail.com

Roselaine Kuhn²

roselaine@yahoo.com.br

José Américo Santos Menezes²

americoufs@bol.com.br

Franciele Roos da Silva Ilha¹

francieleilha@gmail.com

Elenor Kunz³

elenkunz@terra.com.br

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

²Universidade Federal de Sergipe (UFS)

³Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO

Governar a infância significa educar as crianças a partir da modernidade moldando-lhes o corpo e colonizando a alma, como instrumento da anátomo-biopolítica que as integra em formas de vida partilhadas socialmente. Na combinação entre hierarquia e padrão, emerge a norma escolar na qual os corpos indisciplinados devem se enquadrar e tornar-se produtivos. Para tal é necessário suprimir a liberdade para brincar e se movimentar que promove a autonomia e a criatividade através do diálogo corpo-mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Brincar e se-movimentar; Biopoder; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Constituído num complexo exercício de poder, o governo dos corpos incide na gestão sábia e legal da infância moderna. Operado por procedimentos, técnicas, regras, disciplina e normas articuladas às forças de administração, resulta na obediência incondicional da criança e na autoridade inquestionável do adulto.

* O presente trabalho contou com o financiamento da CAPES/PNPD código de financiamento 001.



Governar a infância significa educar a criança moldando-lhe o corpo e a alma, efeito e instrumento de uma “anátomo-biopolítica” que a integra na cultura moderna, conduzindo-a a determinados lugares e formas de vida partilhadas na sociedade, sobretudo pela escola e a família. É a “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos” e implica em “estruturar o eventual campo de ação dos outros”, contendo a indisciplina e garantindo a submissão, o comando e o controle (VEIGA-NETO, 2015, p.55).

A média é o padrão almejado no qual todos devem se enquadrar. Pretendida intensamente a partir do século XVIII, fomenta as artes de governo reunindo, ordenando, classificando e produzindo os corpos por forças associativas e excludentes, conforme finalidades pré determinadas (CARVALHO, 2015).

Diante disso, surge a questão: como e por que governar a criança e a infância? Governando-as através de uma nosopolítica enquanto *modus operandi* a forjar tipos distintos e identificáveis para efeitos classificatórios.

Para ser governada, a infância foi constituída como objeto de análise das Ciências Humanas e Biomédicas contornadas por uma “nosopolítica” que autoriza uma “nosoinfância”, classificada em etapas, processos, limites, medidas uniformizantes e hierárquicas: “crianças sadias, doentes, delinquentes, exemplares, bons e maus futuros cidadãos, crianças normais e anormais”. Coligida nas estratégias de governo é preciso “educar a infância, tratar a infância, socializá-la, medicalizá-la, lançá-la nas estatísticas de governos, enfim, fazer a infância existir” (CARVALHO, 2015, p.26-27).

A infância foi o foco precípua das estratégias de governo como população promissora na renovação política dos códigos convenientes à construção de uma sociedade moderna normalizada: “Nesta sociedade, a infância consolida-se na população” associada a um projeto de “tecnologia de população” em que soa como o prenúncio da regeneração, “espécie de dobradiça entre o velho e o novo”. As grandes ordens de saberes normalizadores prometiam “corrigir, educar e medicalizar a criança” evitando “o descaminho do adulto virtual que nela há” (FOUCAULT *apud* CARVALHO, 2015, p.27).

A reflexão é resultante de pesquisa teórico-filosófica sobre as relações e dispositivos de poder que governam a criança na Educação Infantil. Debruça-se sobre os mecanismos de controle dos tempos e espaços como estratégia de normalização social, sobre o adultocentrismo que despotencia a criança e o trato dado ao corpo-objeto-refém da autoridade adulta. Ao reafirmarmos o protagonismo da criança, apontamos para a necessidade vital da liberdade para brincar e se movimentar como linguagem imanente e fundamental ao auto desenvolvimento no primeiro setênio.

GOVERNO DOS CORPOS E A COLONIZAÇÃO DAS ALMAS

As táticas de governo da criança figuram no que se entende por infância a ser educada, um período da vida em que o ser humano é passivo de todo tipo de condução e cuja capacidade de resistência a tal condução é muito pequena face a todo conjunto de manobra de governabilidade a qual a infância se sujeita.

A Pedagogia forja o saber-poder das Ciências da Educação e a infância, como seu objeto, ocupa o espaço do soberano submisso ou do espectador olhado. Foucault, 1979 afirma que na representação moderna da criança está decretada sua incapacidade de participação. A mesma modernidade que a faz existir, a objetifica e a captura de forma perversa. Através de uma analítica que conforma de maneira dócil e utilitária, os corpos-objetos passam a pertencer legitimamente a um estatuto científico prescritivo:

Depois da família, com seus castigos e zelos, a escola é o lugar privilegiado do governo das crianças. A cultura do castigo, que se exerce desde a mais tenra idade de uma criança, tem seu complemento e reforço decisivo na experiência escolar voltada para transformar crianças arteiras em adultos ordeiros (AUGUSTO, 2015, p.11).

O governo atua na disciplinarização dos corpos e na colonização das almas pela sujeição profunda dos governados: a subjetividade é objeto de poder. Combinam-se os saberes das psicologias e pedagogias que se estendem em regras e recomendações forjadas nas noções psicológicas de infância, onde o infantil



curva-se ao sentido pejorativo do termo, pois preceitua a criança a partir de saberes que a prostram, acumulando conhecimentos sobre a criança, seu crescimento, desenvolvimento, capacidades, vontades, brincadeiras, “vulnerabilidades, paixões e potências”, bem como os desvios acoplados às práticas discursivas e não discursivas imbricadas a mecanismos de poder e dispositivos de infantilidade no pior sentido do termo (RESENDE, 2015).

A sociedade de controle dispõe de políticas e dispositivos capazes de manter as crianças próximas e sob o monitoramento dos adultos. Na infância moderna há um capital que se exprime na ideia de futurização da criança juntamente com a naturalização da dor e do sofrimento. A escola usa o castigo e a punição, pois entende que está a educar o adulto do futuro, sinônimo de cidadão trabalhador, empreendedor e ordeiro, perspectiva de educação em que as crianças tem de aprender desde cedo o que se espera delas. A repressão, preceptora das formas de convivência escolar, torna-se solução exemplar para todas, revelando a eficiência da punição das que desobedecem e tornando-as exemplos a não serem seguidos. A arquitetura impõe que as salas sejam celulares com mesas e cadeiras enfileiradas, onde os arranjos espaciais e temporais oprimem, controlam, administram e vigiam os corpos subtraindo suas singularidades e sonhos. (FOUCAULT, 1987)

O saber-poder pressupõe a formação de sujeitos obedientes e produtivos e por isso a escola sobrepuja o trabalho em relação ao livre brincar, preservando-os dos perigos, da sujeira corporal e da violência das ruas de modo a não perpetuar o homem-adulto de conduta reprovável, mas esperar o indivíduo útil economicamente e dócil politicamente. É estratégia de constituição e governo da infância a necessidade de garantir as condições essenciais da vida humana moderna, onde ontologicamente residem as convicções sobre o adulto eficiente (FOUCAULT *apud* CARVALHO, 2015).

Investe-se na criança desde pequena, pois a revelação da sua falha pode anunciar no futuro próximo sua vida de perdedora. A obediência também corresponde a um cálculo racional de perdas e ganhos que a criança “levará para sua vida adulta como referência de sua conduta paramentada pelo sucesso”. (AUGUSTO, 2015, p.21-22).

O efeito da escolarização está na probabilidade de produção de *losers and winners*. Assim, a competição é fomentada desde os primeiros anos escolares. Na modernidade, a criança deixa de ocupar o lugar residual que figurava na vida comunitária do medieval, mas nem por isso passa a ser soberana. A escolarização teve um papel importante na sua visibilidade. No entanto, se constituiu num campo de ação em que o dever é muito mais performativo do que o direito à uma existência autêntica, assim como ocorre nas demais narrativas que se ocupam da criança: a psicologia, a pediatria, o discurso jurídico das conduções coercitivas e corretivas acabam por incorporar, por amálgama, as funções que conduzem o corpo na sociedade, pois governá-lo é governar uma sociedade onde todos sabem e devem saber e aprender o que devem fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximadamente desde 1950 se reconhece que “o endireitamento sempre idêntico se apaga e a perfeição formadora torna-se inútil porque demasiado abstrata e porque contrária às formas de cada um” (RENAUT, 2002, p.66). Décadas se passaram e o esforço pela standardização dos corpos ainda é recorrente na escolarização das crianças pequenas. A normalização, uniformização e o endireitamento já não estão postos na contemporaneidade nos termos de uma exterioridade que se impõe ao sujeito, mas apreendidos numa interioridade que compete à própria criança prospectar: cada uma deve encontrar a atitude mais desejável, aquela em que possa se sentir bem. Entendemos que a extensão disto significa que, ao invés da famosa máxima “te comportas bem”, a criança agora diz a si mesma: “te comportas de maneira a te sentires bem”, numa deslocação de perspectiva que disfarça a imposição da superioridade do adulto somada à culpabilização da própria criança.

Os tempos atuais maquiaram o que, na essência da criança, deveria ser forjado com autonomia conferindo-lhe liberdade e alteridade: resumiu-se numa suposta auto-organização do tempo e do espaço escolares em que cabe cada vez mais à criança, por ela mesma, estruturar-se dentro da sala de aula, do pátio



da escola ou do seu quarto doméstico: a norma eternizou-se - comportar-se de modo igual às crianças bem comportadas - traduzida no permanente esforço dos adultos de homogeneizar as diferenças em par com a incontornável aliança entre obrigação e obediência.

As perguntas dos adultos são retóricas e exigem respostas pré-definidas, e o conhecimento difundido é metódico e sistemático: um por cento de inspiração e noventa e nove por cento de transpiração! Efetivamente, o trabalho é sobrevalorizado e o sentir, o pensar e o agir diferentes, a ação de vanguarda, a ousadia, a espontaneidade e o erro são encaixotados em cápsulas com etiquetas que indicam um lugar a não ser tocado. Aprisiona-se as crianças num processo martirizante de escolarização precoce que as adultiza e mortifica seus tempos e energias vitais (KUNZ *et al.*, 2012).

O grande problema da conservação e reinvenção das formas adestradoras da aprendizagem moderna é a permanência de velhos modelos educativos que torna as crianças fiéis aos cânones que matam o ato criador. Da mesma forma procedem os adultos que suprimem a liberdade para brincar e se movimentar na Educação Infantil condenando as crianças à rotinas estafantes, frustrando suas escolhas, suas intuições, a participação e a imaginação, silenciando, castrando e esgotando-as com atividades supostamente mais produtivas do que brincar e se movimentar, o que é sinônimo de extração da vida sem morrer.

THE GOVERNMENT OF THE BODIES OF CHILDREN IN CHILD EDUCATION

ABSTRACT

Governing childhood means educating children from modernity by molding their bodies and colonizing the soul, as an instrument of the anatomy-biopolitics that integrates them into socially shared forms of life. In the combination of hierarchy and pattern, there emerges the school norm in which undisciplined bodies must fit and become productive. This requires suppressing the freedom to play and move self which promotes autonomy and creativity through body-world dialogue.

KEYWORDS: *Play and Self Move; Biopower; Child Education.*

EL GOBIERNO DE LOS CUERPOS DE LOS NIÑOS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN

A Gobernar a la infancia significa educar a los niños a partir de la modernidad moldeándoles el cuerpo y colonizando el alma, como instrumento de la anátomo-biopolítica que las integra en formas de vida compartidas socialmente. En la combinación entre jerarquía y patrón, emerge la norma escolar en la cual los cuerpos indisciplinados deben encuadrarse y tornarse productivos. Para ello es necesario suprimir la libertad para jugar y moverse que promueve la autonomía y la creatividad a través del diálogo cuerpo-mundo.

PALABRAS CLAVES: *Jugar y Mover-se; Biopoder; Educación Infantil.*



REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, A. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. In: RESENDE, H. (org.) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.11-24.
- CARVALHO, A.F. Por uma Ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, H. (org.) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.25-48.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KUNZ, E., MÜLLER, U., COSTA, A.R. Crianças não são adultos em miniatura: uma incursão argumentativa. In: KUNZ, E. (org.) Didática da Educação Física 2. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.
- RENAUT, A. A libertação das crianças – A era da criança cidadã: contribuição filosófica para uma história da infância. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- RESENDE, H. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. RESENDE, H. (Org.) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.127-140.
- VEIGA-NETO, A. Por que governar a infância? In: RESENDE, H. (org.) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.49-56.

